



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

PESSOAS TRANS NO SUS: NARRATIVAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE SUAS PERCEPÇÕES, LIMITES E DESAFIOS

Ana Carolina Lima dos Santos (PUC/Rio) - anacarolina.lds@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PESSOAS TRANS NO SUS:

narrativas dos profissionais de saúde sobre suas percepções, limites e desafios

Palavras-chaves: acesso; identidade; saúde trans

SUS TRANS PEOPLE:

narrativesofhealthprofessionalsabouttheirperceptions, limitsandchallenges

Keywords:access; identity, transhealth

Autora: Santos, A.C.L

- I. **INTRODUÇÃO:** A atenção em saúde para a população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexuais, entre outras identidades simbolizadas pelo “+” (LGBTI+)¹ no Sistema Único de Saúde (SUS) é um tema atual e vem sendo debatida nos últimos anos a partir da conquista e ampliação dos direitos para esse segmento. Simões e Facchini (2009) apontam que a atuação do movimento social LGBTI+ nas últimas décadas foi fundamental para maior visibilidade deste grupo. De acordo com os autores, a visibilidade de travestis e transexuais vem acompanhada por avanços nos direitos para essa população. A preocupação com a saúde da população LGBTI+ no Brasil ganhou maior evidência após a emergência do HIV na década de 1980. Apesar disso, foi a partir da segunda metade da década de 1990 que se destaca uma série de iniciativas no legislativo e de elaboração de políticas públicas que contemplam os direitos sociais de travestis e transexuais. O movimento LGBTI+ não apenas cresceu em quantidade de grupos neste período e diversificou os formatos institucionais, como também ampliou sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social, dentre eles os campos da saúde e da educação (SIMÕES e FACCHINI, 2009). A criação e implementação de políticas públicas, dentre elas a saúde, é resultado dessa ampliação de direitos em contexto brasileiro. Contudo, conforme Pelúcio (2009) observou em sua pesquisa de campo, a ausência do debate de saúde e diversidade sexual nos currículos acadêmicos das profissões da área da saúde, além da escassez de dados

¹ A sigla LGBT foi adotada na I Conferência Nacional GLBT, convocada pelo Governo Federal na gestão do presidente Lula da Silva, ocorrida em junho de 2008, após intensos debates. Importante ressaltar que a sigla já adotou outras formas no passado e que, mesmo após o consenso construído na I Conferência, alguns preferem utilizá-la sob outras formas, de modo a contestar uma suposta hierarquia contida na atual sigla ou a ausência de outras identidades como as intersexuais, por exemplo. Na presente pesquisa adotaremos por utilizar LGBTI+.

científicos sobre a saúde de travestis e transexuais, denotam que as reflexões em âmbito acadêmico se apresentam muito incipientes. A convivência com travestis e transexuais indica como é perceptível a vulnerabilidade² vivida por essas pessoas diante da ausência de programas de saúde que atendam suas necessidades específicas (PELÚCIO, 2009). É necessário, portanto, para essa autora, ressignificar a formação e prática profissional aprendida pelos profissionais de saúde, que por vezes, traduzem-se em práticas conflituosas e discriminatórias, indo na contramão do que prevê as políticas e programas específicos para essa população. Dessa maneira, esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como os profissionais de saúde percebem as pessoas que demandam cuidados em saúde, pois essa percepção apontará as lacunas e possibilidades da abordagem da dimensão de gênero e sexualidade na formação acadêmica desses profissionais. Além disso, problematizar junto dos profissionais de saúde de que forma essa percepção condiciona e/ou determina suas práticas e reflete na qualidade da assistência às pessoas trans. Evidenciar o tema da transexualidade a partir do olhar dos profissionais de saúde é fundamental para a construção de uma formação profissional e educação permanente em saúde de qualidade e que contribua para a criação de espaços de diálogos entre os profissionais de saúde e a população atendida.

- II. DESENVOLVIMENTO:** Neste sentido, este trabalho tem por objetivo analisar a relação dos profissionais em formação nas residências multiprofissionais em saúde no que tange ao atendimento de pessoas trans nos serviços de atenção primária do Rio de Janeiro. Para isto, serão identificadas as percepções dos profissionais acerca das demandas de pessoas transexuais, bem como a interação destes com os profissionais dos serviços e por fim, analisar a incorporação da dimensão de gênero e sexualidade na formação profissional das residências em saúde. A metodologia adotada para esta pesquisa utiliza-se dos instrumentos necessários para a realização de uma pesquisa qualitativa fazendo uso de grupo focal e entrevistas semiestruturadas para a construção de narrativas. A opção pela técnica de Grupo Focal se deu por se tratar de uma entrevista direcionada a um grupo que é selecionado pelo pesquisador a partir de determinadas características identitárias, visando obter informações qualitativas (GODIM, 2003). Segundo Minayo (2010) essa técnica é uma "conversa com finalidade", ou seja, possui um foco de interesse sobre o qual se desenrolará a conversa, sendo apoiado por um roteiro temático aberto ou semi-estruturado
-

(MINAYO, 2010).Serão convidados apenas os profissionais em formação nas residências multiprofissionais, excluindo-se os profissionais visitantes de outros programas de residência.

III. RESULTADOS E DISCUSSÕES:podemos observar que as trajetórias de pessoa trans que buscam acolhimento de suas demandas em saúde no SUS, é marcada por uma série de dificuldades como discriminação, preconceito e violências. Em participação ao dia da visibilidade trans de 2019 do Rio de Janeiro, Cleo Oliveira, assistente de pesquisa do ImPrEP/FIOCRUZ³ , apontou que as limitações começam nas unidades de saúde antes mesmo de chegar ao profissional de saúde, quando os guardas da unidade de saúde ficam se acotovelando e dando risadas das pessoas trans que adentram a unidade. Para além disso quando chegam ao profissional de saúde como no caso de médicos ou enfermeiros, o mesmo diz “eu não sei tratar você”, ainda que seja uma demanda comum como no caso de diabetes ou hipertensão.Os episódios de atitudes discriminatórias contra as sexualidades consideradas desviantes da norma, são recorrentes nos ambientes de saúde. Ficam explícitos a intolerância e o desrespeito à diversidade que as próprias instituições promovem. As dificuldades de lidar com as questões relativas ao gênero e à sexualidade, especialmente à sexualidade feminina, faz com que os profissionais de saúde reduzam o impacto de suas ações. A maneira como os profissionais entendem e constroem as noções de gênero e sexualidade, torna-se uma das principais barreiras de acesso das pessoas trans aos serviços. Neste sentido, cabe refletir sobre como se dá a educação profissional nos serviços de saúde para receber as pessoas trans.

IV. CONCLUSÃO:A reflexão sobre o debate parece ganhar relevância, à medida em que também convém convidar os profissionais para o pensar a questão, sobretudo o assistente social inserido nas equipes de saúde. A ampliação da análise e da formação sobre políticas públicas de saúde para população LGBTI+ torna-se necessária à medida em que se busca novos rumos de uma atenção mais efetiva à saúde e aos direitos sexuais (e não somente os reprodutivos), a qual contemple os desafios que implicam a demanda de novas/os usuárias/os nos serviços de saúde. Trabalhar com esta temática no âmbito de um programa de Mestrado em Serviço Social é importante do ponto de vista da formação e do

³Projeto para Implementação da Profilaxia Pré-exposição ao HIV no Brasil. Coordenado pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz), o projeto tem como objetivo contribuir para a implementação da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) como estratégia de prevenção ao HIV nos três países, focando nos grupos populacionais mais expostos ao vírus: homens que fazem sexo com homens, mulheres transexuais e travestis. O Ministério da Saúde, através do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, apoiará o projeto fornecendo todos os insumos, testes e medicamentos. Fonte: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-lanca-projeto-de-prevencao-ao-hiv-na-america-latina>

exercício profissional, para aprofundar uma reflexão acerca das identidades de gênero e possibilitar debates sobre direitos, em especial, o direito à saúde para esse segmento. As questões relativas à saúde da população LGBTI+ como uma das novas expressões da questão social que surgiram no cenário contemporâneo, desafiaram o Serviço Social a se reorganizar frente a estas transformações e reconhecer essas mudanças emergenciais que surgem e necessitam de repostas cada vez mais urgentes a partir de seus fundamentos teóricos metodológico, ético político e técnico operativo. Nesta pesquisa, procuraremos identificar e analisar as questões que se referem à atenção à saúde de pessoas trans nos serviços de saúde pública no nível de atenção primária. Dessa forma, levantamos a hipótese de que o cuidado integral às pessoas trans se apresenta como um desafio a ser alcançado nos serviços prestados. Dado o exposto, surgem algumas reflexões: qual a percepção dos profissionais de saúde acerca da dimensão da transexualidade? De que forma essa percepção condiciona e/ou determina suas práticas em saúde? Certamente, não se pretende neste estudo responder a essas questões de forma definitiva ou discutir em profundidade a questão da transexualidade, mas provocar reflexões sobre os aspectos observados na relação entre profissional de saúde e usuária/o atendida/o, principalmente quando este está inserido num grupo populacional fortemente estigmatizado, como no caso de pessoas trans.

REFERENCIAS:

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, 2013.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. Rio de Janeiro: *Ágora*. v. 9, n. 1, p. 49-63, Junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 agosto de 2018

ARÁN, Márcia.; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009a.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

_____. *O Que é a transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

_____. Transviad@s: Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos que Pesam: Sobre os limites discursivos do sexo*. Em: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas: Movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GODIM, Sonia Maria Guedes. *Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos*, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04> Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.